

# Campinas quer mais dinheiro

"O município deve ser socorrido por outras esferas de governo, especialmente a federal. Proponho que sejam alocados aos municípios, por região considerada crítica, recursos a fundo perdido equivalentes às suas receitas próprias". Essa foi uma das reivindicações municipais apresentadas na manhã de ontem, durante reunião no Consulti (Conselho Consultivo Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Grande São Paulo), pelo prefeito de Campinas, Francisco Amaral.

Ele sugeriu também a criação de conselhos de prefeitos para regiões de todo o Estado, mas ao final do encontro admitiu que "tem medo" de falar no assunto neste ano, uma vez que todas as propostas "recebem conotações políticas num ano eleitoral".

Quanto às finanças de Campinas, informou que a cidade enfrenta "teríveis dificuldades financeiras", com dívidas que chegam a atingir cerca de 850 milhões de cruzeiros, correspondendo praticamente ao orçamento de 78, que é de Cr\$ 950 milhões.

## DOIS CAMINHOS

Francisco Amaral participou da 5ª reunião da Comissão Especial de Rendas Públicas do Consulti, definida por seu relator, Antonio Guaçu Dinaer Piteri, prefeito de Osasco, como destinada a apontar os caminhos "para uma mais justa distribuição de renda entre as prefeituras".

O prefeito de Campinas — o primeiro prefeito fora da Grande São Paulo a participar de uma reunião promovida pelo Consulti — dissertou sobre os problemas que afetam Campinas e as prefeituras de um modo geral e concluiu afirmando que "são dois os principais caminhos que podem levar à retomada do papel histórico do Município na vida político-administrativa do País".

"Ambos complementam-se, não se excluem: o primeiro liga-se a reformas profundas no sistema tributário, possibilitando ao Município uma maior capacidade de tributar. Esta tese vem sendo defendida pelo Prefeito Olavo Setúbal e, em resumo, compreende as seguintes reivindicações:

"Quanto ao imposto sobre serviços de qualquer natureza, ampliação e modificação na lista de serviços bem como nas alíquotas constantes do Decreto-Lei 406/68.

"Instituição do imposto sobre a valorização imobiliária, sendo o mesmo exigível por ocasião da transação.

"Transferência, do Estado para o Município, da competência para tributar a transmissão dos bens imóveis e direitos a eles relativos (sisa).

"Transferência, da União para o Município, da competência para tributar as propriedades rurais — Imposto Territorial Rural."

Francisco Amaral não detalhou essas reivindicações, aduzindo que já são do conhecimento geral.

## REVITALIZAÇÃO

O outro "caminho" apontado por Francisco Amaral (sobre o qual realizou um trabalho que encaminhou recentemente à Presidência da República) "visa os mesmos propósitos da revitalização financeira e consequentemente política do Município, porém situando o Município frente ao fenômeno da urbanização e colocando o problema numa dimensão micro-regional e regional. Isto porque os problemas das cidades brasileiras, estreitamente ligados aos fluxos migratórios extrapolam os limites geográficos do Município em si e exigem um tratamento mais amplo, regional, como aliás expressa o II PND".

"Alguns modelos teóricos de planejamento tem buscado explicar o fenômeno da urbanização segundo um enfoque regional e entre eles ressalta o modelo centro-periferia.

"Segundo este modelo, estudado e adaptado por vários autores, as relações entre o centro (pólo) e a sua periferia desenvolvem-se através de três fases principais.

"Na primeira, tais relações são do tipo "coloniais", onde se verificam fluxos de fatores como trabalho, capital, empresariado no sentido periferia-centro.

"Na segunda fase, em que pese a independência da periferia, na medida em que ela continua como produtora de matérias-primas as relações de troca apresentam tendência secular favorável ao centro.

"Na terceira, em decorrência de medidas políticas, tende-se a fortalecer a periferia, tomando-se como padrão o centro (pólo), pela inversão dos fluxos tradicionais que a ele se encaminhavam maciçamente".

## DESEQUILIBRIO

A partir desses conceitos do modelo "centro-periferia" Francisco Amaral afirmou que é possível admitir-se que os fluxos migratórios resultam basicamente do desequilíbrio entre os bens e serviços que são ofertados pelo centro e os que são ofertados pela periferia:

"Quanto maior o desequilíbrio, mais intensa tende a ser a migração para o centro, especialmente quando se tem em conta o estágio de desenvolvimento alcançado pelos meios de comunicação em nossa sociedade.

"De maneira geral, as regiões e micro-regiões brasileiras enquadram-se na primeira ou na segunda fase do modelo centro-periferia".

"Para as enquadráveis na primeira fase com relações do tipo colonial (centro forte, periferia fraca) torna-se necessário, num primeiro instante, o fortalecimento da periferia.

"Já para as enquadráveis na segunda fase com independência (centro forte, periferia não tão fraca), o fortalecimento da periferia deve ser acompanhado de apoios ao centro, no sentido de que ele, pelo menos, mantenha o padrão de qualidade de vida urbana já alcançado. Não se tomando tais precauções, o equilíbrio tende a se dar "por baixo", isto é, pela regressão da qualidade de vida urbana do centro, o que considero profundamente anti-social.

"A CNPU e a Secretaria de Planejamento do Estado, numa linha semelhante de análise, classificam as cidades em quatro estágios: de contenção, de controle, de dinamização e de promoção".

## VERBAS INSUFICIENTES

Para Francisco Amaral, os dados do problema, nesse ponto, estão expostos, mas "continua de pé a questão maior, isto é: tendo em vista uma determinada micro-região, como conseguir o equilíbrio entre os Municípios do entorno (periferia) e os do centro, evitando-se os fluxos migratórios ao centro se, como vimos, as possibilidades orçamentárias dos Municípios — especialmente os centros — são significativamente inferiores às demandas? Mais do que isso, os recursos orçamentários dos Municípios de uma micro-região são insuficientes para combater o desequilíbrio intra-regional.

"Nessa linha de raciocínio, e tendo como objetivo único a busca do equilíbrio intra-regional, entendo que o Município deve ser socorrido por outras esferas de governo, especialmente a federal. Proponho que sejam alocados aos Municípios, por região considerada crítica, recursos, a fundo perdido, em montante igual às suas receitas próprias, nas seguintes condições:

"a) Que a micro-região esteja enquadrada na segunda fase do modelo "centro-periferia", isto é, periferia relativamente independente.

"b) Que o órgão de planejamento da cidade-pólo assumam também uma dimensão regional, instituindo-se um Conselho formado pelos prefeitos dos Municípios componentes da região.

"c) Que um percentual dos recursos seja destinado à elaboração, pelos próprios municípios, sob a orientação do conselho de prefeitos, de um plano micro-regional onde se identifiquem, estritamente, as ações a serem tomadas em cada município componente objetivando o equilíbrio intra-regional entre a oferta de bens e serviços, impedindo-se, porém, a regressão da qualidade de vida urbana da cidade-pólo.

"d) Que a aplicação dos recursos a ser aprovada pelo conselho de prefeitos, se exerça, exclusivamente, para o respaldo das ações identificadas pelo plano micro-regional, tomando-se por limite de referência, para o ratelo, as receitas próprias de cada município".

O prefeito de Campinas concluiu sua palestra dizendo acreditar que as medidas que sugeriu suprirão duas lacunas do município brasileiro:

"Sua revitalização política, sendo-lhe devolvido o papel de agente ativo do desenvolvimento do País, e sua revitalização financeira, dotando-o de recursos capazes de respaldarem, efetivamente, os encargos que lhe caberem".



Amaral espera a recuperação da crise financeira.